

VAMOS DAR MAIS COR

José Marcelino de Rezende Pinto

Professor do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP

jmrpinto@ffclrp.usp.br

Rubens Barbosa de Camargo

Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FE-USP

rubensbc@usp.br

“A função da educação é ensinar a pensar intensamente e criticamente. Inteligência mais caráter — este é o objetivo da verdadeira educação”

Martin Luther King (1929-1968)

O que os dados do país, de São Paulo e da USP indicam é que já vivemos quase que em um sistema de cotas: só que para brancos e para os segmentos mais ricos da população. Grande parte dos alunos oriundos dos extratos mais ricos ingressa nos cursos onde a concorrência é maior. Pode-se argüir que se trata apenas de uma exclusão econômica, mas o que os dados indicam é que há um claro viés étnico neste processo, que faz com que para um dado extrato socioeconômico os negros recebam menores salários e avancem menos na escolarização

E DIVERSIDADE À USP?



Antes de discutirmos as repercussões do In-clusp, e sugestões de políticas (mais) afirmativas para a USP, é necessária uma breve reflexão sobre aspectos do contexto social, educacional, étnico e racial do país e de São Paulo.

Embora já tenhamos saído do período ingênuo em que se dizia ser o Brasil um país sem precon-

ceito de raça ou de renda, é sempre bom refrescar a memória com indicadores concretos. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2006, os negros (pretos e pardos) representavam 49,5% da população brasileira (e 28,3% da população de São Paulo), enquanto os brancos representavam 49,7% (70,5% em São Paulo) e índios e amarelos 0,8% (1,2% em São Pau-

lo). Contudo, a “distribuição” de fatores educacionais e sociais revela ampla desigualdade, pois dos cerca de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais existentes no Brasil em 2006 os negros representavam 69,4% do total. Com relação à taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais), seja no país como um todo, seja em São Paulo, entre os negros ela é o dobro do índice apresentado pelos brancos.

Entre as pessoas com 15 anos ou mais, os dados da PNAD de 2005 revelam que os brancos têm uma média de 7,9 anos de estudo no Brasil; os negros, de 6,2. Na região Sudeste os números sobem para 8,3 e 6,6 respectivamente. Quando analisamos os anos de estudo sob o recorte de renda constatamos que o segmento dos 20% mais ricos da população de 15 anos ou mais apresentam em média 10,2 anos de estudo, enquanto os 20% mais pobres apresentam apenas uma média de 3,9 anos de estudo, valor que corresponde a menos da metade da escolaridade obrigatória instituída aqui em 1967 (e no Brasil a partir de 1971).

Quando se analisam indicadores de trabalho na região metropolitana de São Paulo encontra-se uma grande desvantagem da população negra (ainda maior entre as mulheres negras), que ocupa posições com menor percentual de trabalho com carteira assinada; apenas 1,9% deles encontram-se na condição de empregadores (enquanto os brancos atingem 5,3%); 12,7% encontram-se na condição de empregado doméstico (entre os brancos este percentual é de 5,9%). Quanto aos rendimentos da população ocupada agrupada por anos de estudo as disparidades são gritantes. Em 2005, enquanto na média geral do Brasil os negros recebiam R\$ 3,50 por hora, os brancos recebiam R\$ 6,50. Entre os que tinham até quatro anos de estudo os negros recebiam R\$ 2,30 por hora

e os brancos R\$ 3,20; entre os que tinham de 9 a 11 anos de estudo (equivalendo ao ensino médio incompleto) os brancos recebiam R\$ 5,40 e os negros R\$ 4,10; já entre aqueles com 12 anos de estudos ou mais (o que inclui a passagem pelo ensino superior), o valor era de R\$ 14,90 por hora para os brancos e de R\$ 10,70 para os negros.

E quando olhamos para nossa casa, a USP, que vemos? No exame da Fuvest de 2008, considerando o total das carreiras os negros representaram 19,7% dos inscritos e 12% dos aprovados. Se olharmos

**“No
vestibular 2008 da Fuvest 16%
dos candidatos à carreira de Medicina e Ciências
Médicas fizeram todo o ensino médio na rede pública
estadual, contudo entre os aprovados eles eram apenas
3,7%; 13,3% dos candidatos eram negros, mas
entre aprovados eram só 7,7%”**

a carreira de Medicina e Ciências Médicas esta proporção inscritos x aprovados é de 13,3% x 7,7%, enquanto na Pedagogia tem-se 37,6% dos inscritos para 15% dos chamados em primeira matrícula. Mais dramáticos são os dados da Fuvest quando vistos sob a ótica da escola freqüentada. Embora 43% dos alunos do ensino médio regular no Brasil estudem no período noturno (41% em São Paulo), eles respondem por 24,5% dos inscritos e por 7,2% dos aprovados. Dos inscritos na carreira de Medicina e Ciências

Médicas 16% fizeram todo o ensino médio na rede pública estadual (que concentrava, em 2006, 84% das matrículas no Estado de São Paulo); contudo, entre os aprovados este índice foi de apenas 3,7%.

Portanto, o que os dados do país, de São Paulo e da USP indicam é que, por trás de uma imagem que “valoriza somente o mérito”, já vivemos quase que em um sistema de cotas: só que para brancos e para os segmentos mais ricos da população. Pode-se argüir que se trata apenas de uma exclusão econômica, mas o que os dados indicam é que há um claro viés étnico neste processo que faz com que para um dado extrato socioeconômico os negros recebam menores salários e avancem menos na escolarização.

A questão que podemos colocar é: quais seriam os impactos de uma política de ação afirmativa na USP para a reversão deste profundo déficit social, educacional e econômico, que contemplates a escola pública e as questões étnico-raciais?

Vestibular mede capacidade?

O leitor pode argumentar que o caminho não seria adotar ações afirmativas, mas preparar melhor estas pessoas para o ingresso no ensino superior. O problema se mantém porque o estudante rico quase sempre terá uma preparação mais “adequada” que o seu colega pobre, mesmo quando este último tenha um maior potencial. Outro problema é que o vestibular é um péssimo meio

de aferir a capacidade de uma amostra de estudantes. No mundo inteiro, um dos poucos consensos existentes sobre os testes padronizados é que geralmente eles dão uma correlação extremamente positiva com o nível sócio-econômico. Não se apagam 500 anos de exclusão etno-racial e econômica de repente. Não é por outro motivo que a prestigiosa Universidade de Berkeley, na Califórnia, depois de retirar o sistema de cotas para negros em função de mudanças na legislação, reintroduziu em seu processo de seleção elementos que levam em conta a trajetória e o esforço educacional dos alunos e não apenas seu desempenho nos testes padronizados.

“Ora”, pode argüir um interlocutor, “se o problema é o vestibular, basta mudá-lo; introduzir cotas simplesmente fará com que alunos menos preparados em, por exemplo, português, matemática etc., entrem na universidade e isto não é bom”. De fato, nosso vestibular é muito ruim, não em função das pessoas que o elaboram, mas porque sua função é tão somente a de selecionar: uma prova de múltipla escolha ou escrita, feita em condições psicológicas pouco propícias, deixa de avaliar uma série de pontos que, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são finalidades do Ensino Médio, por exemplo: capacidade de aprender, autonomia intelectual, pensamento crítico, articulação entre teoria

e prática (artigo 35). Um exame como o vestibular passa ao largo destas capacidades, cuja presença seria fundamental nos alunos que ingressam em nossa universidade. Grande parte das escolas de elite pouco se preocupa em seguir as determinações da LDB porque sabe que estes elementos não são considerados no vestibular, que é o que interessa para elas e seus usuários. Pior: quando se alcança um banco universitário dizem que “tudo” o que se aprendeu antes ou está “errado” ou “não serve para nada”.

Nunca é demais ressaltar o caráter

**“A Taxa
de Escolarização Bruta da
Educação Superior no Brasil era de 15%,
contra 48% na Argentina, 38% no Chile, 78%
na Coréia do Sul e 73% nos EUA. Além da baixa
oferta, 70% das matrículas são oferecidas
no setor privado”**

ter paliativo das ações afirmativas. O ingresso nas universidades públicas brasileiras apresenta tamanho filtro econômico e etno-racial em virtude basicamente da pequena oferta de vagas. A Taxa de Escolarização Bruta da Educação Superior no Brasil¹, em 2.000, era de 15%, contra 48% na Argentina, 38% no Chile, 78% na Coréia do Sul e 73% nos EUA. Além da baixa oferta, 70% das matrículas são oferecidas no setor privado, ao contrário dos países listados nos quais a oferta é majoritariamente pública. Em vir-

tude deste fato, segundo dados do Inep de 2002, a razão candidatos/vaga na rede pública era de 8,9, enquanto na rede privada havia 1,6 candidatos/vaga. Entendidas, contudo, como medidas de caráter transitório, as ações afirmativas cumprem sim um papel que não se pode desprezar no que se refere à democratização do acesso no curto prazo. Reportagens recentes indicam que na UnB o número de negros foi multiplicado por 5 a partir da introdução do regime de cotas².

Segundo estudo apresentado em 2008 pelo Observatório Latino-Americano de Políticas Educativas (OLPEd), ligado ao Fórum Latino-Americano de Políticas Educativas (Flape), das 224 instituições universitárias públicas no Brasil (87 federais, 75 estaduais e 62 municipais) consideradas no estudo havia 72 (32% do total) que promoviam algum tipo de ação afirmativa, seja por meio de cotas, seja por sistema de bonificação por pontos, ou ainda pela reserva de vagas. Havia 53 instituições públicas que implantaram alguma forma de ação afirmativa em termos etno-raciais: 31 com sistemas de cotas para negros, 3 com bonificação por pontos e uma com reserva de vagas para mulheres negras. Havia ainda 17 instituições com ações afirmativas somente para alunos oriundos da escola pública e uma que adotava sistema de cotas para alunos pobres (independentemente de terem cursado ou não a escola pública).

Como é de conhecimento de todos, o Inclusp adotou em 2007 e 2008 um sistema de bonificação por pontos (3% na primeira Fase da Fuvest), para alunos oriundos do Ensino Médio de escola pública e que realizam o Enem.

Efeitos das ações afirmativas

Começam a aparecer diferentes estudos sobre os impactos das políticas de ações afirmativas implantadas nas universidades públicas. Em diversas universidades tem-se percebido uma avaliação positiva destas medidas, inclusive no que se refere ao desempenho dos alunos ingressantes por meio de ações afirmativas. Os dados iniciais destes estudos

colocam em xeque a tese

de que os alunos con-

templados pelas

políticas afirmati-

vas fariam “cair a

qualidade” do en-

sino superior. No

caso da USP, que

adotou uma política

muito tímida de bonifica-

ção, os alunos ingressantes pelo

Inclusp apresentaram nota média de 6,3 em 2007, enquanto a média USP foi de 6,2; em 64 cursos da USP os ingressantes Inclusp tiveram nota média superior, ou igual à média USP.

Segundo estudo empreendido por Pedrosa, Dachs e Maia sobre o Programa Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp (Paais, que atribui 30 pontos a mais ao aluno oriundo da escola pública e mais 10 àqueles que se autodeclararem negros ou indígenas), logo no primeiro ano a participação dos ingressantes oriundos da escola pública passou de 29% para 34% do total³. Em Me-

dicina, o impacto foi maior: de 10% passou-se para 25%. A admissão de jovens de raça negra ou indígena passou de 11% para quase 16%.

De outro lado, ao analisar-se o desempenho dos alunos no período de 1994 a 1997 cuja origem era a escola pública, comparando o seu desempenho no vestibular com as médias de finais de curso, percebeu-se que o aluno de escola pública melhorava de posição no final do curso, em relação aos que vinham do ensino pago. Tal estudo inclusive justificou a quantidade de pontos para a medida do programa Paais. Os pesquisadores concluíram

*“Quem
tem medo das cotas na
universidade? Por que não pensarmos
em medidas de ingresso na USP que componham
proporções de egressos de escolas públicas (que tal
50%?) com a proporção negra (28%) do
Estado de São Paulo?”*

que os alunos do setor público e de camada socioeconômica menos favorecida tinham potencial acadêmico não desenvolvido, e quando colocados em condições de igualdade mostravam sua plena capacidade.

A questão de cotas não é assim tão ausente da realidade do ensino superior brasileiro quanto se busca apresentar. Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar que os brancos tiveram acesso praticamente exclusivo por 70 anos (pelo menos) da história do ensino superior brasileiro, no período entre a criação das primeiras

faculdades de Direito e a abolição da escravidão. Em segundo lugar, até recentemente estava em vigor a “lei do boi”, que garantia a metade das vagas das escolas agrícolas para os filhos de proprietários (e não de trabalhadores) rurais. Um aspecto já citado, mas que cabe ser retomado: atualmente já vivemos em um sistema mascarado de cotas, no qual grande parte dos alunos oriundos dos extratos econômicos mais ricos ingressa nos cursos onde a concorrência é maior. Este sistema é mais perverso porque exclui de forma sutil, já que, sob a aparência de um sistema de regras iguais para todos, ele filtra os mais pobres e negros.

Como a ciência já demons-

trou de forma irrefutá-

vel que fatores como

inteligência, capa-

cidade de apren-

der, capacidade

reflexiva, criativi-

dade e outros não

estão relacionados

com o nível de ren-

da, podemos concluir que

muitas pessoas que possuem estas habilidades estão deixando de entrar na universidade simplesmente por serem pobres ou negros e estão sendo substituídas por outras com potencial aquém do seu, mas que ingressam na universidade por advirem de famílias que puderam prepará-las melhor para o vestibular.

Pois bem, mas qual então a vantagem da adoção na USP de um sistema de cotas⁴ para alunos originários da rede pública e para negros?

Em primeiro lugar, elas possuem uma função importantíssima de melhorar a escola pública (e estamos falando em cotas para alunos oriundos

destas escolas), pois muitos dos alunos mais motivados destas escolas acabam abandonando-as quando passam nos concursos de bolsas de estudo promovidos pelas escolas particulares — e vão ajudar a melhorar as estatísticas de desempenho destas últimas. Com as cotas estes alunos e seus pais ficariam na escola pública, ajudando a melhorá-la, pois, como mostram vários estudos sobre o “efeito dos pares” (*peer effect*), a presença de alunos mais motivados numa turma provoca uma melhoria geral no seu desempenho, em especial nos alunos de menor desempenho e com a vantagem de pouco afetar os primeiros. Ademais, haverá uma melhoria da universidade com o ingresso de alunos que não passaram a vida trancados em condomínios, ou que não freqüentaram escolas onde a regra básica é a lei do mercado, da competição e não a da cidadania; escolas onde o professor muitas vezes é visto e tratado por pais e alunos como um empregado seu e não como um educador. Embora a USP defenda a importância da diversidade no mundo natural e social, ela não pratica esta mesma diversidade em sua composição.

Em segundo lugar, sendo verdadeiros os efeitos detectados nos estudos citados — melhor desempenho acadêmico dos ingressantes oriundos das escolas públicas ou sistemas de cotas etno-raciais — por que não estimularmos ainda mais tais medidas? Por que não pensarmos em medidas

de ingresso na USP que componham proporções de ingressantes de escolas públicas (que tal 50%?) com a proporção negra (28%) do Estado de São Paulo? Por que não aplicar tal sistema por 10 anos e acompanhá-lo de modo sistemático, a cada ano, evidentemente acompanhado por política de apoio estudantil para evitar que fatores exclusivamente econômicos interfiram no processo de aprendizagem desses alunos? Tais medidas poderiam criar efeitos educacionais e sociais, interna e externamente à USP, tão significativos que certamente a maior parte da população paulista “sairia ganhando”, salvo escolas e cursinhos que orientam suas práticas educativas exclusivamente para obtenção de lucro.

Quanto às mudanças mais recentes propostas pela USP para 2009, que incluem uma avaliação seriada (PAS-USP) a ser feita pela USP nas escolas públicas estaduais, com bônus adicional de 3%, e um bônus de até 6% pelo desempenho do Enem, entendemos que atuam no sentido oposto ao desejado. Estudos sobre o Enem e sobre o sistema de avaliação seriada da UnB indicam que seu impacto é praticamente inócuo quanto à mudança do perfil do aluno que lá ingressa (o que é diferente do sistema de cotas). Ao invés de se envolver com mais exames que pouco avaliam, a USP poderia introduzir no seu vestibular mudanças que o tornassem mais condizente com as finalidades

definidas em lei para o ensino médio.

Precisamos abrir a universidade para uma “elite” de pobres e negros, elite porque também passarão por uma seleção altamente restritiva e com todos os problemas já aqui apontados, mas que com certeza vai trazer um tipo de qualidade da qual andamos carentes, que podemos definir, em resumo, como a qualidade de ser um brasileiro representativo do país; que vive, circula e estuda em lugares onde vive e estuda a maioria da população. Quantas vezes em visitas a escolas públicas de ensino médio ouvimos diretores e professores comentando sobre alunos extremamente talentosos, mas que terminarão ali sua trajetória escolar. Temos certeza de que a inteligência, o brilho intelectual e a criatividade destes alunos darão uma nova cara e uma qualidade, sem dúvida, superior à universidade pública brasileira e à USP, além de uma cor mais bonita...

“Sucede a princípio que um operário muito inteligente se vê obrigado a emudecer ante um erudito tonto, que lhe faz calar não por maior finura de espírito, da qual carece, mas por instrução, da qual o operário é privado e que o outro pôde receber, pois enquanto sua estupidez se desenvolvia cientificamente nas escolas, o trabalho do operário lhe vestia, lhe dava casa, o alimentava e lhe proporcionava tudo, os professores e os livros necessários a sua instrução.”

Mikhail Bakunin,
A Instrução Integral, ~ 1870

1 Que é razão entre a matrícula nos cursos superiores e a população na faixa etária correspondente (em geral, entre 18 e 24 anos).

2 *Folha de S. Paulo*, 18/05/08, p. C15

3 Conforme matéria publicada no *Diário Oficial do Estado* de 29/3/2008 (p.1).

4 Os autores não entendem as cotas como a única ação afirmativa possível, mas ressalta sua superioridade sobre o sistema de bonificação cujo efeito tende a ser reduzido nos cursos mais concorridos, nos quais a universidade mais ganharia com o ingresso com um perfil mais diversificado de alunos.